

Pesquisas participativas: caminhos científicos diferentes para construção social de conhecimentos

Sergio Leite Guimarães Pinheiro¹ e Walter Simon de Boef²

Nos últimos anos o interesse em pesquisas participativas tem se evidenciado em várias áreas da ciência, inclusive na agricultura de Santa Catarina, onde diferentes métodos participativos têm sido propostos para a pesquisa e extensão rural. Atualmente o Projeto Microbacias 2 (MB 2) tem reforçado a necessidade da participação nas ações de desenvolvimento rural e promovido seminários, cursos e projetos de pesquisa participativa em diversas regiões do Estado.

Nestas ocasiões é comum surgirem questionamentos do tipo “por que mais participação se a pesquisa científica sempre foi participativa?” ou “os métodos usados na pesquisa participativa não são científicos?” Visando ampliar o diálogo e o aprendizado sobre este oportuno mas polêmico tema, nesta conjuntura os autores discutem algumas proposições e experiências sobre construção participativa de conhecimentos desenvolvidas e praticadas ao longo dos últimos anos.

A emergência dos diversos tipos de pesquisas participativas

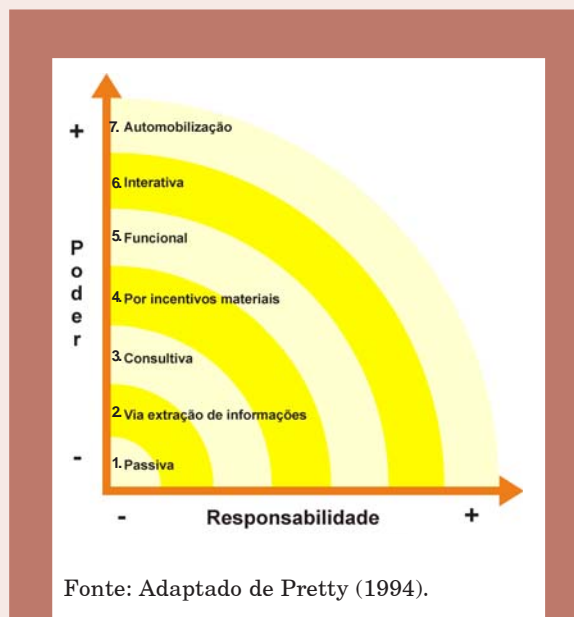
Nas décadas de 80 e 90 vários métodos participativos foram implementados em centros de pesquisa (nacionais e internacionais). Um dos principais motivos para reforçar a participação foi o reconhecimento de que os pequenos

agricultores familiares não estavam adotando as tecnologias geradas devido a um enorme vazio de comunicação entre pesquisadores, extensionistas e produtores. Da mesma forma que a idéia de sustentabilidade, nesta época, participação e parceria se tornaram conceitos altamente populares e pré-requisitos para qualquer projeto que buscasse apoio de entidades financiadoras. Em conseqüência, vários modelos participativos de pesquisa e extensão rural foram desenvolvidos e experimentados.

Alguns promoveram a participação através de uma visão sistêmica, outros pela ação interdisciplinar (incluindo estudos antropológicos e sociológicos), mas todos tinham em comum a ênfase na mudança da pesquisa das estações experimentais para a investigação em propriedades rurais (Chambers et al., 1989).

Em cada relação de comunicação existe algum tipo de participação, inclusive nas ações menos participativas. Por isso, a importância de tipologias como a da Figura 1, que identifica sete tipos de participação em projetos de pesquisa, extensão e desenvolvimento rural. Nenhum tipo é pior ou melhor que os outros. Apenas envolvem diferentes relações de poder e responsabilidade entre os participantes. Dependendo da situação, determinado tipo pode se revelar mais adequado do que os outros.

Nos projetos de pesquisa menos participativos os agricultores assumem poucas responsabilidades e atuam mais passivamente, recebendo e fornecendo dados (níveis 1 e 2). Em outros projetos a participação tem evoluído para os tipos **consultiva** (nível 3 ou por demanda), **por incentivos** ou **funcional** (níveis 4 e 5, característicos das pesquisas em propriedades). Entretanto, estudos indicam que estas experiências não têm apresentado diferenças



Fonte: Adaptado de Pretty (1994).

Figura 1. Diferentes tipos de participação segundo diferentes níveis de poder e responsabilidade na relação entre participantes

¹Eng. agr, Ph.D., Epagri/Gerência Técnica e de Planejamento, C.P. 502, 88034-901 Florianópolis, SC, fone: (48) 3239-5605, e-mail: pinheiro@epagri.ret-sc.br.

²Eng. agr, Ph.D., consultor da Epagri/MB 2 e professor visitante da UFSC, e-mail: walterdeboef@tulipane.com.

significativas. Com a participação consultiva, o modelo tradicional de pesquisa e extensão rural (linear e unidirecional) se tornou cíclico e melhorou-se a comunicação entre técnicos e agricultores. Contudo, tem prevalecido a visão de controle e as intervenções externas para alcançar objetivos predeterminados (ex.: adoção tecnológica). Ou seja, evoluiu-se de “pacotes tecnológicos” para “pacotes participativos”, mas não mudou-se o paradigma de desenvolvimento (Pinheiro, 1998).

O Projeto MB 2 propõe a participação interativa (tipo 6 da Figura 1) porque é a partir deste nível que se mudam tanto o paradigma quanto as relações de poder e responsabilidade entre técnicos e agricultores. Nesta conjuntura, este texto discute as diferenças e oportunidades de se explorar tanto a pesquisa participativa do tipo consultiva (pesquisa “para” ou “por demanda”) como a pesquisa participativa do tipo interativa (pesquisa “com”), seguindo a proposta e o desafio do MB 2 de fortalecer as características construtivistas, a autonomia e a capacidade das comunidades locais de construção social de conhecimentos em interação com outros parceiros.

Caminhos científicos diferentes para construção de conhecimentos

A Figura 2 ilustra dois caminhos científicos distintos (mas não conflitantes) para construção social de conhecimentos, elaborados a partir dos trabalhos de Reason & Heron (1986), Maturana & Varela (1995) e Maturana (2001).

O primeiro caminho pressupõe que o conhecimento está no objeto ou sistema investigado e pode ser “acessado” independentemente do conhecedor. Ou seja, o conhecimento pode ser construído “à parte” do conhecedor. As pesquisas que trabalham nesta perspectiva envolvem os cinco primeiros tipos de participação mostrados na Figura 1 e têm os seguintes pressupostos: a) a **objetividade** do conhecimento ou a crença em uma única realidade, independentemente do pesquisador

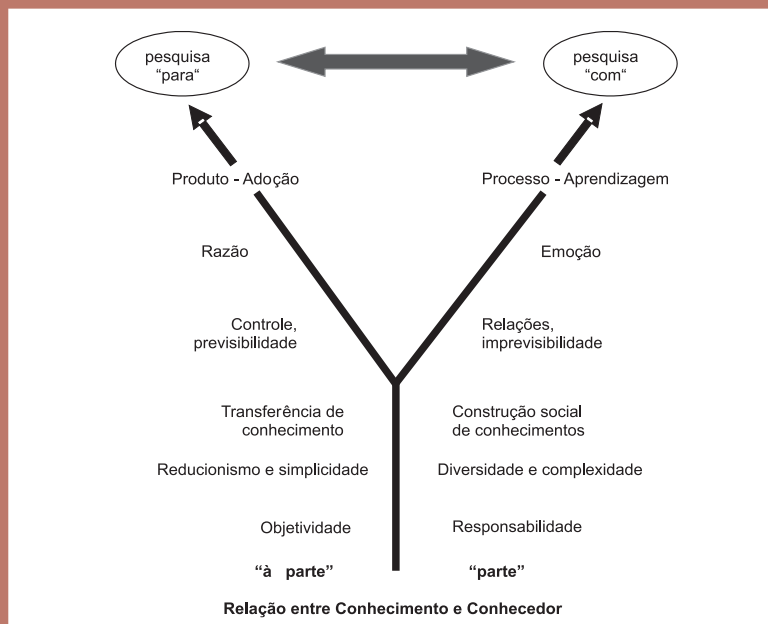


Figura 2. Caminhos diferentes para a construção de conhecimento a partir da relação entre conhecimento e conhecedor

(ou conhecedor), a qual pode ser identificada e quantificada e que a ciência tem acesso privilegiado através do método científico; b) a **simplicidade**, evidenciada pelo **reducionismo**, identificação de problemas e de soluções técnicas, as quais podem ser transferidas para outros contextos e conhecedores; e (c) a **previsibilidade**, caracterizada nas relações causa e efeito, pela visão de controle, análise e engenharia de sistemas (para otimizar as saídas como na Figura 3).

Em situações mais simples, a ciência baseada nestes pressupostos tem conseguido importantes avanços na indústria, no comércio e na agricultura. Nestes casos predomina a visão setorial de desenvolvimento e a exploração apenas das dimensões objetivas e quantificáveis do

conhecimento, através de produtos que podem ser pesquisados separadamente (à parte) dos conhecedores e cujos resultados podem ser difundidos e aplicados em outras situações, independentemente dos contextos em que estão inseridos. Em síntese, este é o caminho característico de uma **pesquisa “para”**. Ou seja, de alguém (que teoricamente tem maior capacidade de produzir conhecimento, como os cientistas) “para” outro alguém (que tem menor capacidade de produzir conhecimentos, como os agricultores).

Em contraste, em várias situações mais complexas (típicas de sistemas dos agricultores familiares), este enfoque tem se mostrado inadequado e insuficiente, requerendo conceitos e práticas



Figura 3. Na pesquisa participativa consultiva o conhecimento está no produto e pode ser “acessado” independentemente do conhecedor

complementares. Neste contexto emergem as pesquisas participativas interativas, ilustradas no segundo caminho da Figura 2. Este caminho pressupõe que os conhecimentos (ou grande parte deles) não estão separados dos conhecedores e são individualmente e socialmente construídos. Como ilustra a Figura 4, estes conhecimentos são produtos de distinções humanas, ou seja, estão na “cabeça” (e no “coração”) dos conhecedores (e não nos objetos ou sistemas observados e nem nos métodos de observação).

Várias experiências têm comprovado que a construção de conhecimentos inclui tanto as dimensões objetivas quanto as subjetivas. Se dois pesquisadores avaliarem a produtividade de um pomar provavelmente obterão o mesmo resultado em relação à quantidade de maçãs produzidas. Contudo, se eles experimentarem alguns frutos visando avaliar a qualidade deles, nem sempre chegarão a um consenso. Um poderá achar as maçãs doces, e o outro, amargas. Estas qualidades pertencem à dimensão subjetiva do conhecimento que faz parte do conhecedor e não podem ser acessadas independentemente (avaliando-se apenas o produto).

Por isso, metodologias científicas de pesquisa participativa interativas e qualitativas têm sido implementadas, baseadas no diálogo e na comunicação, como a observação participante, entrevistas semi-estruturadas e conversações focadas em determinados grupos sociais. Até

pesquisas de opinião há anos complementam estatísticas objetivas do tipo “em quais destes candidatos você votaria hoje?”, com métodos qualitativos para refletir sobre as razões e emoções que estimulam certas escolhas e preferências em diferentes contextos e categorias sociais.

Segundo Vasconcellos (2002), as características teóricas das pesquisas participativas interativas incluem a abordagem construtivista, predomínio de métodos qualitativos e do enfoque sistêmico “macio ou abstrato” (“soft-systems”). Em síntese, envolvem os seguintes pressupostos: a) a **responsabilidade** do conhecedor substitui a objetividade no processo de construção do conhecimento (visão de múltiplas realidades); b) premissas da **complexidade** e da **diversidade** (na vida, nos sistemas, na natureza e nos seres humanos); c), reconhecimento da **imprevisibilidade** dos sistemas e foco nas relações (abertura para mudança, diálogo, aprendizado e construção social de conhecimentos); e d) entendimento da **linguagem** como forma de aprendizagem humana sobre o mundo (e característica organizacional dos seres humanos).

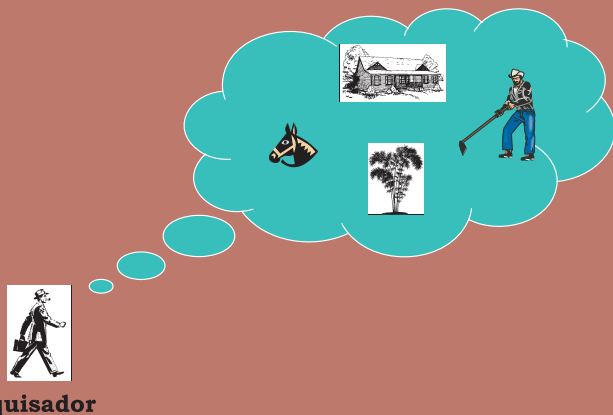
A Figura 5 foi inspirada em um diálogo entre um técnico e um agricultor familiar e evidencia que diferentes conhecimentos refletem as diversas distinções, interesses e percepções humanas. Alguns são semelhantes, outros não. No caso, o técnico visualiza o sistema do

agricultor como um empresário que deve seguir certas tecnologias para otimizar seu lucro. Contudo, o agricultor está mais preocupado com a sobrevivência e reprodução social de sua família, ameaçada pela diminuição das oportunidades econômicas, o crescente êxodo dos jovens e a acelerada poluição na microbacia, que desencorajam a permanência de familiares e a visita de turistas.

Em um contexto em que prevalece a diversidade e as dimensões humanas subjetivas e qualitativas, é através da linguagem e do diálogo que se dividem percepções sobre realidade, harmoniza-se o entendimento em uma relação de aprendizagem interativa e constrói-se socialmente o conhecimento, como ilustrado na Figura 6. Isto não significa que conhecedores com percepções diversas cheguem sempre a um consenso, mas que cada participante entenda e respeite os diferentes interesses e distinções dos demais, reflita sobre suas perspectivas originais e, em um processo interativo, que novos conhecimentos sejam construídos.

Esta proposta caracteriza a **pesquisa “com”**, na qual diversos atores interagem diferentes saberes e tipos de conhecimentos (científico, local, popular, todos igualmente relevantes) e através de diálogo constroem socialmente conhecimentos. É um enfoque territorial de desenvolvimento, que reforça a capacidade local de interação, aprendizagem e construção de conhecimentos, valoriza a diversidade (biológica, cultural, social e de saberes, entre outras), promove a autonomia e a participação de atores sociais que não têm muitas oportunidades de manifestar seus valores e interesses. Diferentemente da pesquisa participativa “por demanda”, este caminho se inicia e se desenvolve em um território, e não pela identificação de um produto ou serviço a ser pesquisado por alguém “para” aquela comunidade.

Nas metodologias de pesquisas participativas interativas usadas pelos comitês de investigação agrícola locais (Cial) e pelas redes de agricultores experimentadores (AE) na América Latina, o mais impor-



Pesquisador

Figura 4. A pesquisa participativa interativa entende que conhecimentos estão na “cabeça” dos pesquisadores e são produtos de distinções humanas

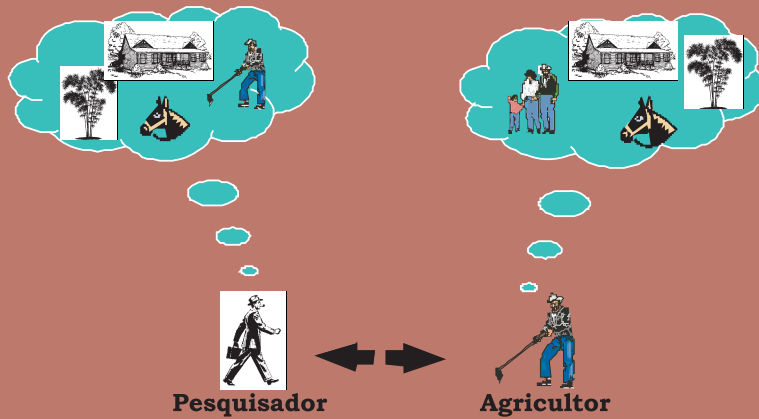


Figura 5. Nas pesquisas participativas interativas, diferentes conhecimentos refletem as diversas distinções, percepções e interesses humanos

tante é o fortalecimento dos processos locais de “aprender a aprender” interativamente com outros parceiros (pesquisa “com”) e, desta forma, lidar com qualquer questão ou tema que futuramente possa limitar a possibilidade de desenvolvimento de uma comunidade e território. Nesta perspectiva, os temas ou produtos que iniciam as pesquisas são apenas motivadores desses processos.

Para não concluir: ampliando o diálogo sobre pesquisas participativas

Em síntese, existem dois grandes caminhos para a pesquisa parti-

cipativa, como ilustrado na Figura 2: o da participação através da consulta sobre demandas (produtos ou temas) a serem pesquisadas (pesquisa “para”) e o da participação interativa, que procura fortalecer processos locais de aprendizagem e construção social de conhecimentos em interação com outros parceiros (pesquisa “com”).

O mais importante é respeitar as diferenças conceituais e operacionais que caracterizam cada caminho. Negar a existência destes dois caminhos significa, na prática, aceitar apenas a pesquisa participativa consultiva. Este tipo tem se revelado adequado nas situações em que prevalecem as dimensões objetivas do conhecimento, mas tem

se mostrado insuficiente quando se exploram as dimensões subjetivas e qualitativas na construção do saber.

Aceitar as diferenças entre os dois caminhos abre a possibilidade de explorar as duas formas de construção participativa de conhecimentos, de acordo com a situação. Em Santa Catarina, estes dois caminhos de pesquisa participativa têm sido implementados através de projetos-piloto com apoio do MB 2.

A promoção do aprendizado social e construção interativa de conhecimentos fortalece a capacidade territorial de lidar com situações complexas e incertas, características do público preferencial do MB 2. Este é um processo que facilita às pessoas a “aprender a aprender”, dialogar, ampliar as oportunidades e se abrir para mudanças.

Literatura citada

1. CHAMBERS, R.; PACEY, A; THRUPP, L.A. (Ed.). *Farmer first: Farmer innovation and agricultural research*. London: Intermediate Technology Publications, 1989. 218p.
2. MATURANA, H.R. “Realidade: A busca da objetividade, ou a procura de um argumento coercitivo”. In: MAGRO, C.; GRACIANO, M.; VAZ, N. (Org.) *Humberto Maturana: A ontologia da realidade*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001, p.243-326.
3. MATURANA, H.R.; VARELA, F.J. *Árvore do conhecimento: As bases biológicas do entendimento humano*. Campinas: Editora Psy II, 1995.
4. PINHEIRO, S.L.G. *Paradigm shifts in agricultural research, development and extension: A case study in Santa Catarina, Brazil*. 1998. 286f. Tese (Doctor of Philosophy) – University of Sydney, Australia.
5. PRETTY, J. Alternative Systems of Inquiry for Sustainable Agriculture. *IDS Bulletin*, v.25, n.2, p.37-48, abril 1994.
6. REASON, P.; HERON, J. Research with People: The Paradigm of Co-operative Experiential Inquiry. *Person-Centered Review*, v.1, p.456-76. 1986.
7. VASCONCELLOS, M.J.E.de. *Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência*. Campinas: Papirus, 2002. 268p. ■

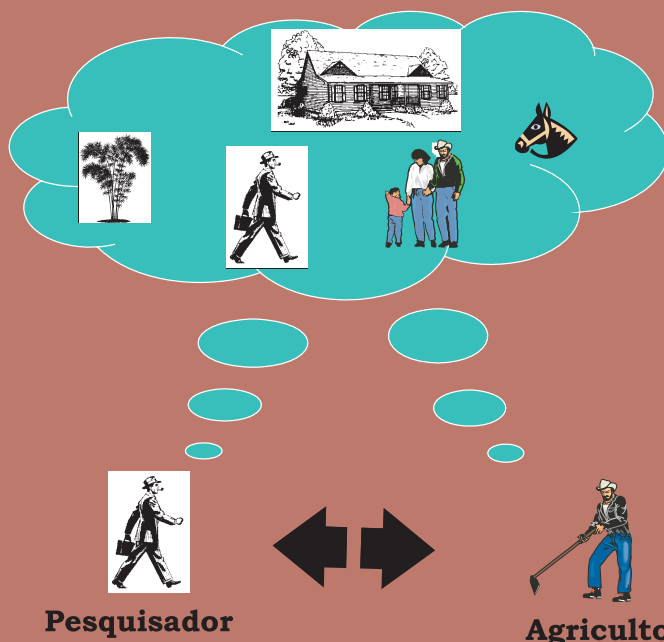


Figura 6. Nas pesquisas participativas interativas, através do diálogo dividem-se percepções diferentes e o conhecimento é socialmente construído

Povos indígenas e Epagri no Microbacias 2: um novo aprendizado na extensão rural

Rose Mary Gerber¹

Esta é uma narrativa sobre um processo que está sendo construído a muitas mãos, com atores sociais como técnicos e povos indígenas, homens, mulheres, jovens, idosos e crianças que, com suas diferentes formas de ver e sentir a vida, contribuem com o que está em discussão: como conseguir um novo equilíbrio socioambiental que alcance o que é chamado “sustentabilidade das terras indígenas”?

Os povos indígenas no Microbacias 2

A Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural de Santa Catarina, por meio da Epagri, é a entidade governamental responsável pela execução do Projeto Microbacias 2 (MB 2) no que se refere à extensão, capacitação, assistência técnica, pesquisa, educação ambiental, geração de renda e redução da pobreza.

O MB 2 iniciou em 2002 e tem término previsto para 2008. O Projeto focaliza três dimensões do desenvolvimento rural sustentável: a social, a econômica e a ambiental. Prioritariamente, são atendidos os pequenos agricultores familiares menos favorecidos social e economicamente, os trabalhadores rurais e as populações indígenas.

Quando se fala em povos indígenas, a unidade geográfica que o MB 2 estabeleceu trabalhar é a terra indígena. Assim, uma terra pode ter mais de uma microbacia, como unidade geográfica, mas é trabalhada como o todo que a compõe, como unidade de território

indígena. Agrega-se à unidade geográfica uma referência que a extrapola, a sociocultural.

Um terreno desconhecido como desafio para a extensão rural

Diversas instituições foram ouvidas e foram realizadas duas rodadas de consultas para obter um diagnóstico da situação dos povos indígenas de Santa Catarina – xoclogue, caingangue e guarani. A primeira ocorreu em 1998 e envolveu representantes da Fundação Nacional do Índio – Funai –, do Conselho Indigenista Missionário – Cimi – e antropólogos vinculados a duas instituições de ensino universitário e pesquisa do Estado (Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC – e Fundação Universidade Regional de Blumenau – Furb).

A segunda rodada de consultas ocorreu entre setembro de 2001 e janeiro de 2002 e dividiu-se em dois momentos. No primeiro, com profissionais do Museu Universitário da UFSC, da Funai, do Cimi e do Conselho Estadual dos Povos Indígenas – Cepin/SC. No segundo, realizaram-se três encontros com lideranças e representantes dos três povos indígenas do Estado. Desta maneira, foi construído o documento referente aos povos indígenas no MB 2, que pautou o começo das ações com estes povos.

O início das ações em campo

Após estas ações iniciais, chegou

o momento de ir a campo e construir com os indígenas os seus planos, já que o MB 2 prevê um plano para cada microbacia e terra indígena atendida.

Tais planos se baseiam em uma metodologia denominada Planejamento Estratégico Participativo (PEP) em que se discute, entre outros tópicos, a visão de futuro da comunidade, os objetivos, os pontos fortes, os pontos fracos e as prioridades. Novo espaço para considerar diferenças: se para os não-índios uma das perguntas é como gostariam que estivesse sua propriedade no futuro, para os indígenas, falar em propriedade não cabe e falar em futuro é difícil. “É longe demais”, diziam nas reuniões. A pergunta foi então alterada e desdobrada em vários tópicos: como gostariam que estivesse a aldeia, a floresta, a água e as crianças daqui a alguns anos? E assim deslançou a conversa.

Seguindo o pressuposto de relação dialógica do MB 2, os Planos de Desenvolvimento das Terras Indígenas (PDTI) aconteceram de forma diferente, por se tratar de populações diferenciadas. A oralidade, um dos valores mais expressivos para os indígenas, foi valorizada. Foi necessário um processo de adequação a estes povos: fez-se a opção de discutir em conjunto, tendo como coordenador dos trabalhos o cacique, que é a liderança cultural e política destas populações.

Como era necessário coletar informações para redigir cada plano, os técnicos da Epagri, e facilitadores em alguns casos, a pedido do

¹Assistente Social, M.Sc., Epagri, C.P. 502, 88034-901 Florianópolis, SC, fone: (48) 3239-5676, e-mail: gerber@epagri.ret-sc.br.

cacique, foram encarregados de anotar as discussões. Para cada reunião foi composto um documento-memória, além do registro fotográfico objetivando compor a memória visual do processo de construção dos planos.

Em algumas aldeias foi feito um trabalho com as crianças no qual se pediu que desenhassem como imaginavam a terra indígena daqui a alguns anos. Este material, além de ilustrar os planos, poderá ser usado pelos professores para discutir as ações nas aldeias, já que é possível observar o que foi priorizado e a visão das crianças (Figura 1).

As prioridades dos povos indígenas e a busca da sustentabilidade

Povos indígenas e diversidade andam juntos. Diversidade porque em Santa Catarina há os povos

xoclogue (Alto Vale do Itajaí) (Figura 2), caingangue (Oeste) (Figura 3) e guarani (Litoral) (Figura 4) e porque entre um mesmo povo há formas diferenciadas de comportamento que dependem da aldeia, das lideranças que a orientam, das mudanças pelas quais a aldeia já passou e do nível de preservação cultural que busca manter.

No entanto, algumas prioridades são comuns aos três povos, o que fica visível nos PDTIs. Neste texto, são apresentados quatro exemplos:

Agricultura: “Nós temos que pensar, com essa seca, em plantas da terra, como mandioca, batata, para não passar fome no futuro”, (capitão Noé, Terra Indígena Xapecó); “Sustentabilidade é ter comida para todos da aldeia, ninguém pode passar fome”, (cacique Lauri, Toldo Pinhal, Seara, SC). Os alimentos de maior interesse são: milho, princi-

palmente os “variedade”, feijão, mandioca, batata, amendoim, arroz, pequenas hortas e pomares.

Melhoria das casas e do saneamento: “Se vier a melhoria das casas para os miseravelzinho, meu Deus!” (Maria, aldeia Paiol de Barro, Entre Rios, SC). Item número um nas aldeias e que diz respeito a uma das necessidades do ser humano: a segurança.

Floresta: “Você sabe como ver a diferença de visão entre o índio e o não-índio? Chega um não-índio aqui e diz: que tal botar umas 20 foiceiras (foices) para derrubar essa mata? E nós dizemos: daqui a uns 20 anos ali está um mato pros nossos filhos ver” (cacique Lauri, Toldo Pinhal). “O índio precisa da floresta para sobreviver” (cacique Timóteo, Terra Indígena Tekoa Marangatu, Imaruí, SC). “Quero desenvolvimento sustentável, econômico, social, ambiental, planejar repor as florestas” cacique Machado, Terra Indígena Xapecó, Ipuaçú, SC).

Água: “A água está doente e precisa cuidar dela. A água estando doente o homem fica doente, as crianças também”, diz o cacique Timóteo, da Terra Indígena Tekoa Marangatu, Imaruí.

Estas são algumas prioridades em comum que refletem uma forma de viver e de ser, mas também uma preocupação com a sustentabilidade das terras indígenas. Quando se discute agricultura, por exemplo, em muitas terras o uso de agrotóxico é algo presente e os indígenas manifestaram interesse em buscar alternativas para produzir alimentos. Por outro lado, há aldeias que primam pelo cultivo natural ou próximo ao agroecológico e pelo resgate de variedades que já não mais são encontradas. Este é o exemplo das aldeias Guarani, que dão grande valor ao milho. A mandioca, o amendoim e a batata são também importantes para os três povos.

Os resultados já alcançados

Entre os principais resultados alcançados pela Epagri e MB 2 neste processo de aprendizado com os povos indígenas, destacam-se:

- O número de indígenas é 40% ▶



Visão atual da aldeia



Visão futura

Figura 1. Desenhos feitos pelas crianças da aldeia Tekoa Marangatu, Imaruí, SC, por ocasião de elaboração do plano



Figura 2. Indígenas xoclogues, da Terra Laklãno, José Boiteux, em momento de festa e confraternização



Figura 3. Crianças caingangues, Terra Indígena Xaçepó, Ipuacu, em momento de saída da escola, onde aprendem, entre outras disciplinas, a língua materna e o português

maior do que o MB 2 planejou. Do planejamento inicial de atender 5 mil indígenas, hoje estão envolvidos mais de 7 mil.

- Foram contratados oito facilitadores exclusivos para atuar em terras indígenas, quatro engenheiros agrônomos e quatro técnicos de nível médio, indo ao encontro da proposta inicial estabelecida de atuar de forma diferenciada, considerando peculiaridades de organização e de comportamento.

- Implementação de um processo de formação continuada para os técnicos, que teve seu ponto inicial em 2004, quando se realizou o “I Seminário sobre Povos Indígenas: ninguém respeita o que não conhece”, promovido pela Epagri/MB 2. Em 2005 o conteúdo contemplou antropologia, troca de experiências e o relato dos povos indígenas. Para 2006 está planejado um módulo exclusivo sobre legislação indígena.

- A conclusão de cinco PDTI, um para o povo xoclingue, dois para o povo guarani e dois para o povo caingangue. Tais documentos registram as prioridades destes

povos e orientam a atuação da Epagri e MB 2 até o ano de 2008.

- Nas aplicações do Fundo de Inversões do MB 2 em terras indígenas já é possível encontrar casas e banheiros melhorados, mudas de espécies nativas e frutíferas plantadas, colmeias instaladas e algumas lavouras revitalizadas, prioridades levantadas nos planos.

O que os povos indígenas esperam

Neste contexto, os técnicos da área agrícola têm um papel essencial, pois os indígenas esperam que estes profissionais discutam com eles e que contribuam com a busca por alternativas que tornem suas terras sustentáveis. Uma compreensão maior do técnico sobre estes povos é necessária, haja vista que os contextos culturais são distintos. Há necessidade de um diálogo baseado no respeito às diferenças e na busca de um novo equilíbrio entre saberes e atores sociais.

As perguntas que os indígenas fazem: Como cultivar nestas terras? Como produzir em quantidade e

qualidade para todos? A extensão rural está à frente de um grande desafio: encontrar alternativas junto aos povos indígenas que já perderam suas formas tradicionais de cultivo e resgatar variedades que já não são mais encontradas para aqueles que mantêm cultivos sem agroquímicos. Assim, é possível montar um banco de sementes que contribuirá com a segurança alimentar que estes povos querem.

O desafio está posto. O MB 2 e a Epagri têm claro que são pequenos frente à complexidade existente, têm claro que a diversidade é um potencial e que é necessário buscar outros saberes e outras parcerias para ter maiores chances de sucesso. Os indígenas estão cansados, segundo eles, das inúmeras idas de “gente de fora” às aldeias querendo dizer-lhes o que fazer. Por outro lado, ouvimos: “É a primeira vez que um projeto vem perguntar o que a gente quer e não vem dizer o que a gente deve fazer. O Microbacias 2 está ouvindo a gente” (cacique Timóteo). Os indígenas têm claro o que querem e o que necessitam. Querem saber como fazer melhor. Nas ações do cotidiano junto às aldeias estão surgindo sugestões para mudanças. E assim está sendo construído o “como atuar” com os povos indígenas: dialogando e buscando um consenso em meio a diferenças e dificuldades.

Referências bibliográficas

1. BUOGO, G.; GERBER, R.M. *Estratégia para as populações indígenas: Microbacias 2*. Florianópolis: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura, 2002.
2. GERBER, R.M. Participação interativa – uma análise crítica do processo na Epagri. *Agropecuária Catarinense*, Florianópolis, v.14, n.2, p.51-2, Jul. 2001.
3. GERBER, R.M. Entre eles e ‘os de fora’ – A ética nossa de cada dia. *Revista Grifos*, Chapecó, n.15, p.233-238, Nov. 2003.
4. MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 8.ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: Unesco, 2003. 118p.



Figura 4. Índios guaranis, da aldeia Tekoa Marangatu, Imaruí, em ensaio musical e confeccionando artesanato tradicional